

PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE

RELATÓRIO FINAL

ANEXO 3 - PLANO ESTRATÉGICO DE AMBIENTE

Março 2021

ANEXO 3 - PLANO ESTRATÉGICO DE AMBIENTE

Este anexo é composto pelas seguintes seções: Vetores de atuação estratégica no PEA; Linhas de Ação no PEA; Plano de ações do PEA; Recomendações no PEA; Indicadores de Sustentabilidade Ambiental no PEA.

O Plano Estratégico de Ambiente (2000-2007) do Concelho de Vila Franca de Xira (PEA), teve “por objetivo primordial a promoção do desenvolvimento sustentável do Concelho, indo, deste modo, ao encontro das orientações emanadas da Conferência do Rio de Janeiro, no sentido de cada comunidade elaborar a sua Agenda 21 Local, e ao encontro da Carta de Aalborg, possibilitando a sua inscrição e integração na Rede Europeia de Cidades Sustentáveis.” (Hidroprojecto, 2007).

O PEA assumiu o papel de instrumento de política, planeamento e de estratégia, e visou articular as necessidades de desenvolvimento e de intervenção no Concelho, com a utilização racional e preservação dos recursos naturais, numa perspetiva de sustentabilidade ambiental e de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. O PEA pretendeu estabelecer um quadro de referência e de apoio às decisões de intervenção no território concelhio, tanto às de curto e médio prazo, de carácter mais operacional, destinadas a resolver problemas prioritários existentes, como de carácter mais estratégico, de longo prazo, visando a implementação de políticas que têm na base o desenvolvimento sustentável do Concelho (Hidroprojecto, 2007).

O PEA visou atingir os seguintes objetivos:

- Caracterizar o estado do ambiente do Concelho e identificar tendências de evolução;
- Identificar, ao nível de cada uma das vertentes ambientais, os principais pontos fortes e fracos, as oportunidades de melhoria e as principais ameaças à qualidade ambiental;
- Dotar o Município de uma política, uma estratégia e de um programa integrado de ações para ordenar o território urbano e requalificar os sistemas naturais, retirando partido dos seus benefícios e potencialidades, mas respeitando a sua capacidade de carga;
- Promover o bem-estar social, através do apoio aos mais desprotegidos e da melhoria das condições de vida da população;
- Definir estratégias integradas e ações de intervenção concretas, promover sinergias e evitar a transferência de poluição de um meio para outro;
- Incentivar a cooperação e a formação de parcerias entre os diferentes atores locais, para a resolução dos problemas concretos e de interesse mútuo, de modo a garantir o sucesso das intervenções;
- Monitorizar a evolução do estado do ambiente no Concelho, através de um conjunto de indicadores de sustentabilidade ambiental.

A elaboração do PEA assentou em três etapas:

- Etapa 1. Atualização do Diagnóstico do estado do ambiente, realizado em 2000, no âmbito da 1ª Fase do Plano Estratégico do Ambiente;
- Etapa 2. Definição de objetivos e estratégias para a sustentabilidade ambiental do Concelho, ou seja, dos sectores estratégicos de atuação;
- Etapa 3. Proposta de ações de intervenção.

A 1ª etapa do trabalho deu origem a um relatório que, para além da atualização do diagnóstico do estado do ambiente do Concelho, contemplou a análise dos impactes associados às propostas do Plano de Desenvolvimento do Concelho de Vila Franca de Xira, do Estudo de Acessibilidades e da Proposta de Revisão do PDM, bem como a identificação das medidas minimizadoras dos impactes considerados mais significativos.

A primeira etapa do trabalho - Atualização do Diagnóstico Ambiental – baseou-se em trabalho de campo específico, que envolveu a realização de visitas técnicas ao Concelho.

Segundo os seus autores (Hidroprojecto, 2007) como especto metodológico importante referem que, no decurso das 1ª e 2ª etapas do trabalho, foram organizadas duas sessões de participação da população e de outros atores locais, entre os quais representantes do poder central, presidentes de Juntas de Freguesia, empresários, técnicos da autarquia, decisores políticos, representantes de associações de defesa do ambiente,

O objetivo central da estratégia que enquadrou o PEA foi a evolução do Concelho de Vila Franca de Xira em direção à sustentabilidade. No interesse de aplicar ao Concelho um modelo de desenvolvimento ambiental sustentável, os autores procuraram que os sectores estratégicos abrangessem as grandes áreas temáticas de referência: ambiente (recursos naturais, resíduos sólidos urbanos, poluição) e urbanismo (edificado, espaço urbano público, rede viária e transportes, saneamento básico, riscos urbanos).

O Plano Estratégico de Ambiente (Hidroprojecto, 2007) definiu, assim, um conjunto de Vetores de Atuação Estratégica, Linhas de ação e Plano de Ações que se reproduzem de forma sumária em anexo (Anexo 6).

O PEA definiu também um conjunto de indicadores de Pressão-Estado-Resposta (Anexo 6) estruturados na forma de Fichas de Indicadores, propondo uma forma de medir o progresso em direção aos objetivos traçados. Na informação recolhida não foi possível obter relatórios ou dados eventualmente resultantes da utilização desses indicadores ou da aplicação das medidas propostas no PEA, o que não quer dizer de modo nenhum que eles possam não ter sido aplicados ou o seu contrário.

Assim, foi tomada a opção de, a partir do Plano de Ações construir uma parte significativa dos questionários lançados pelos serviços do MVFX para as Uniões de Freguesia (em anexo ao estudo principal) e para os técnicos e chefias municipais (Anexo 4), visando obter alguma evidência documental objetiva sobre o estado de cumprimento das medidas do Plano de Ações do PEA pelos

principais atores que a deveriam implementar, bem como do relacionamento desses atores com os instrumentos de sustentabilidade do MVFX, na falta de outros meios mais diretos para esse efeito.

O Plano Estratégico de Ambiente (Hidroprojecto, 2007) definiu um conjunto de Vetores de atuação estratégica, Linhas de ação e Plano de Ações que se reproduz em baixo, remetendo sempre para os documentos originais para melhor informação.

VETORES DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA NO PEA

A prossecução do objetivo central do PEA (evolução do Concelho em direção à sustentabilidade) pressupõe os seguintes sectores de atuação estratégica:

- Regeneração Integrada do Espaço Territorial do Concelho, visando o estabelecimento de condições que promovam a correção de disfunções atualmente existentes, ao nível dos sistemas urbano, industrial e natural;
- Aproveitamento das potencialidades e mais-valias existentes, respeitando o valor e a capacidade de carga dos sistemas naturais. No caso do Concelho de Vila Franca de Xira, a evolução para a sustentabilidade pressupõe a necessidade de criação de condições para que se verifique o seguinte:
- Ecossistemas sustentáveis.
 - – Diminuição da poluição e contaminação ambiental.
 - – Estrutura Ecológica robusta composta por corredores verdes de qualidade.
 - – Diminuição do consumo de recursos não renováveis.
- Mobilidade “verde”.
 - – Diminuição do uso transporte automóvel individual e do seu impacto no tecido urbano (não esquecendo a zona interior).
 - – Aumento da utilização dos transportes públicos.
 - – Promoção da utilização de meios de transporte não poluentes.
 - – Ordenamento do tráfego.
- Estrutura urbana sustentável.
 - – Existência de áreas residenciais acolhedoras, equilibradas e de qualidade.
 - – Promoção da multifuncionalidade dos espaços urbanos, favorecendo o urbanismo de proximidade.
 - – Contenção do crescimento urbano.
 - – Integração da natureza no espaço urbano.
 - – Requalificação do espaço público.
 - – Requalificação do tecido urbano e das casas de habitação.
- Estrutura industrial integrada.
 - – Qualificação e beneficiação das áreas industriais.
 - – Renovação ou qualificação de edifícios devolutos e de áreas não aproveitadas.
- Qualidade de vida.
 - – Qualificação e valorização dos espaços naturais.
 - – Valorização do património cultural e edificado.

LINHAS DE AÇÃO NO PEA

Para dar resposta aos sectores de atuação foi realizada uma sessão de trabalho e reflexão que contou com a participação de elementos da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira responsáveis pelo acompanhamento do Plano Estratégico de Ambiente e de outros acores locais, no contexto do 1º Workshop. Na sequência dessa reflexão conjunta e participada, foram identificados objetivos de qualidade ambiental e de qualidade de vida da população, a obter num futuro próximo, em todo o território concelhio. Os objetivos pretendidos foram traduzidos nas seguintes linhas de Ação:

1. Reordenamento e requalificação do território concelhio, incidindo sobre o espaço: urbano, industrial e natural;
2. Melhoria das acessibilidades;
3. Implantação de infraestruturas de tratamento de águas residuais;
4. Requalificação das linhas de água;
5. Criação de uma estrutura verde contínua, a nível concelhio;
6. Sensibilização e formação da população do Concelho.

Declara-se no PEA que estas linhas de Ação e objetivos associados foram ao encontro dos compromissos de Aalborg definidos na Conferência Aalborg+10. A todas as linhas Ação foram associados os Compromissos de Aalborg relativos a: 1 Governância, 2 Gestão local para a sustentabilidade e 10 Do local para o global. Já o Compromisso 8 Economia local dinâmica e sustentável e 9 Equidade e justiça social não se relacionam diretamente com o Plano Estratégico de Ambiente, mas estavam associados ao Plano Estratégico de Desenvolvimento. Na tabela seguinte, sistematizam-se as linhas de Ação, os compromissos que lhe estão associados e os compromissos de Aalborg aos quais dão resposta direta.

PLANO DE AÇÕES DO PEA

Foram definidos no PEA o seguinte conjunto de propostas de ação, traduzidas em fichas de ação.

Ação proposta no Plano Estratégico de Ambiente
1. Construção de sistema de transporte e tratamento de águas residuais
2. Incrementar a recolha seletiva por ecopontos
3. Reformular os circuitos de recolha seletiva e de recolha indiferenciada
4. Avaliar a possibilidade de implementar a recolha seletiva porta-a-porta de materiais recicláveis
5. Dinamizar a criação de soluções para a problemática associada a deposições ilegais de resíduos e construção e demolição
6. Construção de ecocentros
7. Levantamento dos locais de deposição de resíduos potencialmente perigosos e análise de soluções para a sua remoção
8. Instalar Oleões
9. Instalação de equipamentos de avaliação da qualidade do ar
10. Implementar Índices de qualidade do ar
11. Criação de cortinas arbóreas envolvendo as pedreiras e saibeiras em atividade
12. Redução dos níveis de ruído
13. Promover a utilização de fontes de energia alternativa
14. Incentivar a utilização de combustíveis renováveis nos transportes
15. Recuperação paisagística de encostas

Ação proposta no Plano Estratégico de Ambiente
16. Delimitação de áreas industriais e logísticas com áreas verdes
17. Criação de zonas verdes nos aglomerados urbanos
18. Ordenamento arbóreo ao longo das principais vias rodoviárias
19. Reflorestar
20. Regularização das linhas de água e requalificação da rede hidrográfica do concelho
21. Promoção do uso racional de energia
22. Execução de alternativas à EN10 e EN1
23. Condicionar o trânsito automóvel nos núcleos históricos e promover a circulação pedonal/ciclável
24. Melhorar as condições de acesso viário às estações ferroviárias e desenvolver interfaces multimodais de excelência
25. Aumentar a oferta de estacionamento para veículos ligeiros e pesados
26. Reabilitar os núcleos urbanos
27. Preservar o uso do solo na lezíria do Tejo
28. Controlo e planeamento da edificação na encosta do Monte Gordo
29. Requalificação e Regularização do vale da ribeira da Castanheira
30. Controlo da erosão entre Areias de Baixo e Povos
31. Melhorar a integração dos riscos de instabilidade de vertentes e geotécnicos no planeamento urbano
32. Redução dos riscos geotécnicos na rede viária
33. Promover a educação ambiental
34. Elaborar um regulamento municipal de ambiente, criar um corpo de fiscalização ambiental eficiente e implantar um sistema de monitorização ambiental.

RECOMENDAÇÕES NO PEA

Segundo a mesma fonte (Hidroprojecto, 2007) foi entendido que sucesso da implementação do PEA dependia não só profundo conhecimento da realidade do Concelho como também da articulação do mesmo com outros planos estratégicos. Mais ainda, dependia do estabelecimento de parcerias entre os vários intervenientes no território concelhio na adoção de uma postura de empenhamento e entrosamento com os objetivos do Plano.

De acordo com o Conselho Europeu de Urbanistas (2002), foram, nesse estudo, sugeridas as seguintes recomendações que deveriam ser adotadas pelos técnicos da Câmara Municipal e outros intervenientes, que lidam com os aspetos do planeamento territorial e proteção do ambiente:

Água

- Controlar o número, tipo e dimensão de atividades consumidoras de água, em função das disponibilidades, promovendo a reutilização de águas residuais tratadas, por exemplo para a rega de espaços verdes.
- Utilizar a disponibilidade de água como uma ferramenta de planeamento para orientar funções, tipos e extensão do desenvolvimento urbano.
- Reduzir ao mínimo a impermeabilização de superfícies, com vista a promover a infiltração especialmente nos locais onde os níveis dos aquíferos estão a baixar.
- Assegurar, tanto quanto possível, a permeabilidade dos pavimentos.
- Assegurar, dentro do possível, a existência de uma percentagem significativa de solo permeável em todas as superfícies não edificadas.
- Encorajar a pavimentação de caminhos, áreas pedonais e ruas com materiais porosos.

- Prever espaço suficiente para a retenção da água de superfície, bem como para a instalação de bacias artificiais para infiltração.
- Considerar soluções técnicas alternativas, especialmente soluções sem canalização, para a infiltração da água da chuva.
- Promover, nas áreas mais húmidas, a utilização de coberturas verdes, para absorção da água da chuva.
- Utilizar, o mais possível, o elemento água para coesão espacial e como elemento ornamental, no âmbito do planeamento urbano.
- Considerar os cursos de água, as suas margens verdes e arborizadas e os seus leitos, como elementos naturais integrantes do conjunto da paisagem.

Ar e ruído

- Promover a utilização de meios de transporte “amigos do ambiente”: bicicleta, andar a pé.
- No planeamento das áreas residenciais ter em conta que deve ser assegurado o acesso fácil à rede de transportes públicos.
- Promover a utilização de sistemas de aquecimento a energia solar.
- Promover o mais possível a plantação de cinturadas verdes ao longo das vias de tráfego de maior movimento para reduzir os níveis de poluentes na atmosfera.
- Promover e manter a existência de áreas verdes significativas no Concelho, já que contribuem para a redução das concentrações de poluentes atmosféricos.
- Dotar as áreas onde são praticadas atividades potencialmente poluentes de cinturadas verdes.
- Constituir cortinas arbóreas, o mais densas possível, nas áreas residenciais como forma de reduzir os níveis de ruído.
- Reduzir a propagação do ruído através da modelação do terreno (implantação de taludes) complementada com a plantação de árvores, ou através da implantação de barreiras sonoras e cortinas vegetais complementares.
- Promover a utilização de materiais absorventes do som e a utilização de superfícies menos duras na pavimentação das ruas das áreas residenciais e na proximidade de escolas ou hospitais.
- Incentivar o isolamento acústico dos edifícios existentes (vidros duplos, etc.) que se localizem junto de fontes sonoras, através, por exemplo, da atribuição de subsídios.
- Localizar as principais áreas de estacionamento nas zonas de maior tráfego e evitar fazê-lo nas zonas residenciais.

Solo

- Assegurar que o solo permeável represente uma fração significativa das áreas não edificadas.
- Racionalizar a utilização de solos importados, por exemplo areia para construção.
- Evitar ou reduzir ao máximo a escavação do solo e as atividades de movimentação de terras.
- Recuperar ou reconstruir edificações existentes, evitando, ao máximo, a ocupação de novas áreas para urbanização, em especial nas zonas verdes.
- Racionalizar os usos do tecido urbano, através da utilização de padrões mais concentrados, tanto de população como de atividades.

- Reutilizar e revitalizar solos contaminados subutilizados e degradados, de modo a reduzir as pressões urbanísticas sobre as áreas verdes.
- Adotar o princípio da “reciclagem do solo” na escolha de novas áreas para urbanização (antigas áreas industriais, solos degradados, etc.).
- Promover a utilização de pavimentos permeáveis, sempre que viável.

Natureza e ecologia

- Promover e, se possível, regulamentar uma percentagem significativa de áreas verdes (jardins, canteiros, parques, etc.) nas áreas urbanas a planear.
- Promover a construção de logradouros interiores com áreas verdes e arborizadas.
- Compensar as árvores abatidas, através da plantação de árvores.
- Transportes e acessibilidades
- O planeamento territorial deve assentar na concentração de aglomerados urbanos e não na sua dispersão aleatória para diminuir a extensão das viagens e paralelamente encorajar o uso dos transportes coletivos.
- Prever, tanto quanto possível, a instalação de equipamentos básicos na proximidade das áreas residenciais, de forma a serem acessíveis a pé.
- Proporcionar, na medida do possível, boas acessibilidades e evitar barreiras.
- Interligar os nós de atividade intensa, espaços públicos, áreas desportivas e áreas residenciais tanto com percursos diretos para ciclistas e peões como com o transporte público.
- Restringir o acesso a veículos pesados de transporte de bens e incentivar centros de distribuição que utilizem veículos comerciais ligeiros.
- Apoiar iniciativas políticas e técnicas que estimulem o uso dos transportes colectivos em detrimento do transporte particular.
- No planeamento de novas urbanizações, garantir que existe, logo desde o início, disponibilidade de meios de transporte público.
- Utilizar a política de estacionamento local como fator dissuasor do transporte particular, através da introdução de taxas para o estacionamento, em particular onde a haja escassez de espaço.
- Promover, o mais possível, o estacionamento subterrâneo diretamente associado aos edifícios geradores de tráfego.
- Proporcionar espaços adequados ao estacionamento de bicicletas, tornando-os visíveis e garantindo acesso direto e seguro às áreas habitacionais e/ou locais de trabalho.
- Localizar os empreendimentos e funções geradoras de mais viagens próximas de infraestruturas de transporte público.

Energia

- integrar as políticas energéticas em vigor nos planos e ações locais e estar a par e implementar as inovações tecnológicas que visam a redução do consumo de energia.
- Promover a construção de edifícios eficientes em termos energéticos e em harmonia com o ambiente natural (soluções arquitetónicas e construtivas adaptadas às condições climatéricas locais).

- Evitar a localização de novas áreas de expansão em locais com uma sombra prolongada durante o Inverno.
- Promover a implantação de cortinas arbóreas, constituídas espécies de folha caduca, para cobrir as fachadas expostas a sul, por forma a proporcionar protecção do calor, no verão, e a captação da radiação solar pelas fachadas, no Inverno.
- Promover a utilização de fontes alternativas de energia (por exemplo encorajando a implantação de campos de energia eólica para produção de energia).

Resíduos

- Promover a utilização de materiais de construção naturais e ecológicos.
- Incentivar a utilização de materiais de construção locais em relação a materiais importados.
- Promover a utilização de materiais inertes sobrantes em outras obras da responsabilidade da autarquia (por exemplo pedra ou entulho para caminhos e fundações de edifícios).
- Promover a compostagem local de resíduos orgânicos ou de resíduos de jardinagem.
- Prever espaços para a instalação de equipamentos de compostagem e reciclagem e conceber áreas para deposição e reciclagem de resíduos que sejam acessíveis, agradáveis e seguras, de forma a prover uma imagem positiva destes locais.

Património histórico

- Considerar os padrões característicos e as estruturas existentes como componentes essenciais do património local e da identidade cultural.
- Criar uma relação entre as novas expansões e as estruturas urbanas existentes assegurando, assim, a continuidade.
- Proteger os elementos históricos existentes no planeamento de novas funções e procurar manter os edifícios antigos.
- Considerar, sempre que possível, as tradições sociais e culturais, quando se planeia a transformação de um local.
- Manter ou reutilizar pavimentos existentes (pedras naturais, cubos, lajes), especialmente na pavimentação de largos e de ruas somente com trânsito pedonal.

Riscos e acidentes

- Integrar as questões do risco no planeamento urbano.
- Desenvolver políticas urbanísticas específicas para os locais considerados de risco (riscos de incêndio, escorregamento de solos, inundações, etc.) através da limitação, proibição ou controlo da urbanização.
- Localizar as atividades que envolvam um risco potencial de acidente fora e suficientemente afastadas das áreas urbanas.
- Qualidade social
- Estimular o acesso aos serviços sociais, culturais e de saúde, ao transporte público, ao pequeno comércio e ao recreio.
- Localizar as zonas residenciais próximo das redes de serviços, dos equipamentos coletivos e dos transportes coletivos.
- Promover a mistura de funções e de serviços e equipamentos públicos e privados.

- Estimular a disponibilidade de equipamentos nas áreas residenciais.
- Considerar estruturas e elementos típicos como elementos de identificação que valorizam tanto a continuidade histórica como a identidade do sítio.
- Considerar a qualidade da habitação e do alojamento como muito importante para o bem-estar da população.
- Incentivar o planeamento de áreas residenciais com logradouros interiores que valorizem a noção de pertença e de segurança e torná-los espaços públicos ou espaços de recreio, sem automóveis.
- Projetar áreas de recreio seguras, tornando-as acessíveis a todos.
- Proporcionar lugares tranquilos nos jardins e parques, com a presença de água em movimento.

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO PEA

Tema	Nome do indicador	Tipo
Água	Descargas pontuais de efluentes sem tratamento	<input checked="" type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Consumo de água	<input checked="" type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Eficiência dos sistemas de abastecimento de água	<input checked="" type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Qualidade das águas superficiais	<input type="checkbox"/> P <input checked="" type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	<input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> R
	Reutilização de águas residuais tratadas	<input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> R
Resíduos Sólidos	Produção de resíduos sólidos	<input checked="" type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Valorização e reutilização de resíduos sólidos	<input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> R
Ar	Qualidade do ar	<input type="checkbox"/> P <input checked="" type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
Ruído	População exposta ao ruído ambiente exterior	<input type="checkbox"/> P <input checked="" type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
Energia	Consumo de energia eléctrica	<input checked="" type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Produção e consumo de energias renováveis	<input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> R
Paisagem e Estrutura Verde	Coberto vegetal	<input type="checkbox"/> P <input checked="" type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Área ardida	<input checked="" type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Espaços verdes de utilização pública	<input type="checkbox"/> P <input checked="" type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
Acessibilidades e Mobilidade	Tráfego de veículos	<input checked="" type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
Ordenamento do Território	Uso do solo	<input type="checkbox"/> P <input checked="" type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Reconversão de terrenos abandonados para novas utilizações	<input type="checkbox"/> P <input checked="" type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Áreas classificadas	<input type="checkbox"/> P <input checked="" type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Área de solo desafectada da RAN	<input checked="" type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Evolução da área de REN	<input checked="" type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
Educação Ambiental e Cívica	Despesa com acções de educação ambiental	<input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> R
Monitorização e Fiscalização	Queixas ou reclamações apresentadas por razões ambientais	<input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> R
Outros	Gestão Sustentável da Autarquia Local e das Empresas Locais	<input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> R
	Investimento na área do ambiente	<input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> R

P – pressão, E – Estado e R – resposta.

(Fonte: Hidroprojeto, 2007a)

Estrutura da ficha de Indicadores de Sustentabilidade Ambiental

Tema	Área temática que enquadra o indicador.
Nome do indicador	Denominação do indicador.
Tipo	Tipo de indicador de acordo com o modelo conceptual adoptado da OCDE: Pressão, Estado ou Resposta.
Descrição: Descrição do indicador e sua relevância no contexto municipal face ao desenvolvimento sustentável.	
Unidade(s) de medida: Unidade(s) de medida do indicador.	
Metas a alcançar: Metas previstas em documentos nacionais ou regionais e/ou em normas legais/técnicas.	
Metodologia: Síntese metodológica do cálculo do indicador.	
Periodicidade: Periodicidade em que é relatado o indicador.	
Fonte(s): Fonte(s) de informação.	

(Fonte: Hidroprojeto, 2007a)